


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1003876-72.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

RELATÓRIO

Gileade Pereira Freitas propõe ação contra Sicredi São Carlos-sp Cooperativa de Crédito Mútuo dos Dentistas e Demais Profissionais da Saúde de São Carlos postulando a declaração de inexistência da dívida e a indenização por danos morais advindos de negativação indevida da parte do réu, que promoveu a inscrição apesar de já pagar a dívida, no valor correspondente a 30 salários mínimos.

O réu foi citado e contestou (fls. 38/42) alegando que a baixa foi providenciada em 11/05/2015, dentro do prazo quinquenal para exclusão; que o valor indenizatório requerido é exorbitante, não tendo havido qualquer abalo advindo desta negativação.

Não houve réplica.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que a prova documental é suficiente para o julgamento da lide.

Incontroverso (leia-se a contestação) e comprovado (fls. 22/23) que em 30/09/2013 houve a negativação do autor por conta de um débito em favor da parte ré. O débito foi objeto de acordo homologado judicialmente, com cláusula expressa de que a baixa ocorreria imediatamente após o pagamento da última parcela que ocorreria em 17/03/2014 (fls. 15/16). Os documentos juntados ainda comprovam que os autos judiciais foram extintos nos termos do art. 794, I do CPC, com trânsito em julgado em 30/10/2014. Entretanto, em 28/04/2015, ainda constava a negativação no SCPC, que somente foi levantada após ordem incidental deste juízo.

A negativação, como se vê, foi devida, pois a dívida existia.

O problema está na delonga da ré para promover a exclusão da negativação ante o pagamento da dívida em março de 2014.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Tal demora constitui ato ilícito, pois com o pagamento deve haver a exclusão da negativação em prazo razoável, por exemplo de 30 dias.

No caso em tela, a demora foi de aproximadamente um ano e, ainda assim, a exclusão somente ocorreu por ordem judicial neste processo.

Configurado, pois, o ilícito, assim como a responsabilidade da ré, credora, que não levantou a inscrição em prazo razoável.

Não havia outra inscrição. Foi mais de um ano sem acesso ao crédito por conta da omissão da ré. Tal fato implica ofensa à honra objetiva do autor, merecendo compensação pecuniária.

Todavia, no valor da indenização deve ser ponderado. Segundo critérios de proporcionalidade e razoabilidade, prevenindo enriquecimento sem causa, arbitro a indenização em R\$ 10.000,00.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO e CONDENO o réu a pagar ao autor R\$ 10.000,00, com atualização monetária a partir da presente data e juros moratórios a partir de quando a negativação passou a ocasionar danos à autora ante a ausência de outras negativações (= evento danoso, Súm. 54, STJ), ou seja, abril/2014. CONDENO o réu, ainda, em custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 18 de junho de 2015.

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--